

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - Questões de 1 a 25

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA — Questões de 1 a 8

QUESTÕES de 1 a 3

Texto:

Linguagem clara aproxima o poder público do cidadão

A comunicação entre o poder público e a população não se completa com a simples divulgação de uma informação. Para cumprir sua finalidade, a mensagem precisa ser compreendida por quem necessita dela. Por isso, a linguagem simples procura apresentar o conteúdo de modo claro, direto e organizado, sem eliminar informações necessárias nem tratar o cidadão de maneira infantilizada.

- 5 Em documentos, avisos e orientações, a escolha de palavras conhecidas, a organização das ideias e a apresentação inicial das informações mais importantes facilitam o acesso aos serviços públicos. Essa forma de comunicação também pode reduzir dúvidas, erros e retrabalho no atendimento.

Comunicar com clareza, portanto, não significa apenas encurtar textos. Significa considerar as necessidades do destinatário e criar condições para que ele compreenda a informação, tome decisões e exerça seus direitos.

- 10 Nesse sentido, uma mensagem pública só alcança plenamente seu objetivo quando se transforma em informação efetivamente acessível.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Linguagem simples. Brasília, DF: Portal do Servidor, [s.d.]. Disponível em: <gov.br/servidor>. Acesso em: 27 jul. 2026. Adaptado.

QUESTÃO 1

A reflexão desenvolvida no texto sustenta que a qualidade da comunicação pública depende, fundamentalmente,

- A) da simplificação lexical dos documentos, desde que sejam mantidas as informações indispensáveis ao cidadão.
- B) da adequação da mensagem às condições de compreensão do destinatário, de modo que a informação possa produzir efeitos concretos em sua relação com o poder público.
- C) da redução da extensão dos textos administrativos, associada à apresentação imediata das orientações consideradas prioritárias.
- D) da substituição da linguagem técnica por formas mais usuais de expressão, a fim de ampliar a proximidade entre servidores e população.
- E) da organização objetiva das informações públicas, ainda que a interpretação final permaneça sob responsabilidade exclusiva do destinatário.

QUESTÃO 2

Ao distinguir linguagem simples de mera redução textual, o texto estabelece que a clareza na comunicação pública resulta

- A) da eliminação de informações acessórias, ainda que essa escolha limite a autonomia interpretativa do cidadão.
- B) da substituição de construções formais por estruturas informais, desde que a mensagem se torne mais próxima do leitor.
- C) da concentração das informações em enunciados breves, capazes de reduzir o tempo necessário para sua leitura.
- D) da articulação entre seleção lexical, organização das ideias e consideração das necessidades do destinatário, sem prejuízo do conteúdo necessário.
- E) da apresentação inicial das informações principais, independentemente da forma como os demais conteúdos sejam organizados.

No último parágrafo, o emprego da expressão "portanto" contribui para a organização do texto porque

- A) introduz uma ressalva à ideia de que a linguagem simples favorece o acesso do cidadão às informações públicas.
- B) estabelece uma conclusão decorrente dos argumentos apresentados anteriormente, reforçando que a clareza depende da compreensão efetiva da mensagem.
- C) acrescenta uma informação independente das ideias anteriores, ampliando a discussão sobre a comunicação entre o Estado e a população.
- D) exemplifica uma situação específica em que a linguagem simples pode ser utilizada na elaboração de documentos oficiais.
- E) retoma uma informação mencionada no início do texto para enfatizar a importância da redução da extensão dos textos administrativos.

QUESTÕES de 4 a 6

Texto:

Inclusão digital: acesso, autonomia e segurança

Nas últimas décadas, a ampliação dos serviços digitais transformou a forma como cidadãos acessam informações, solicitam documentos, realizam pagamentos e utilizam diversos serviços públicos e privados. Essa mudança trouxe mais rapidez e ampliou as possibilidades de comunicação entre instituições e sociedade. Entretanto, o simples crescimento da oferta desses serviços não garante que todas as pessoas consigam utilizá-los de maneira efetiva.

A exclusão digital permanece como um desafio em diferentes regiões do país. Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia. Fatores como escolaridade, renda, idade e desigualdades sociais influenciam diretamente essa realidade.

Outro aspecto relevante é o aumento dos golpes praticados por meios eletrônicos. Mensagens falsas, páginas fraudulentas e tentativas de obter dados pessoais exigem que os usuários desenvolvam habilidades para reconhecer situações de risco e proteger suas informações. Nesse contexto, promover inclusão digital significa ampliar o acesso às tecnologias, fortalecer o letramento digital e incentivar práticas de segurança que permitam o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

BRASIL. **Secretaria Nacional do Consumidor** (SENACON). Orientações sobre prevenção a fraudes e golpes digitais. Brasília, DF. Adaptado.

A argumentação desenvolvida no texto permite concluir que a inclusão digital

- A) depende principalmente da ampliação da infraestrutura tecnológica, pois o acesso aos equipamentos e à internet constitui condição suficiente para que os cidadãos utilizem os serviços digitais com autonomia.
- B) relaciona-se ao acesso às tecnologias, mas pressupõe também o desenvolvimento de competências para utilizar recursos digitais de forma crítica, segura e compatível com as demandas da vida em sociedade.
- C) tornou-se uma consequência natural da expansão dos serviços digitais, reduzindo progressivamente as desigualdades relacionadas ao uso das tecnologias da informação.
- D) concentra-se na prevenção de golpes eletrônicos, uma vez que os problemas decorrentes da falta de acesso às tecnologias tendem a desaparecer com a digitalização dos serviços públicos.
- E) resulta prioritariamente da capacidade individual de adaptação às novas tecnologias, independentemente das condições sociais, econômicas e educacionais dos diferentes grupos da população.

Considere o trecho:

"Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia."

Sem alteração relevante do sentido original e em conformidade com a norma-padrão, esse trecho pode ser reescrito como:

- A) A dificuldade para compreender as plataformas e identificar informações confiáveis impedem que muitas pessoas tenham acesso à internet e obtenham equipamentos adequados.
- B) Embora muitas pessoas tenham dificuldades para compreender as plataformas digitais, a falta de acesso à internet e a equipamentos adequados favorece o uso autônomo dessas ferramentas.
- C) Às limitações de acesso à internet ou a equipamentos adequados somam-se, para muitas pessoas, dificuldades de compreender as plataformas, identificar informações confiáveis e utilizar ferramentas digitais com autonomia.
- D) A falta de acesso à internet e a equipamentos adequados são decorrentes das dificuldades que muitas pessoas apresentam para compreender as plataformas e utilizar ferramentas digitais.
- E) Muitas pessoas encontram dificuldades para compreender as plataformas digitais, de modo que o acesso à internet e a equipamentos adequados deixam de contribuir para sua autonomia.

Considerando sua forma de organização, a linguagem empregada e a finalidade comunicativa, o texto caracteriza-se como predominantemente expositivo porque

- A) apresenta orientações sequenciadas para que o leitor reconheça mensagens fraudulentas e execute procedimentos de proteção de seus dados pessoais.
- B) comunica uma ocorrência recente relacionada aos serviços digitais, situando os fatos no tempo e identificando os agentes envolvidos no acontecimento.
- C) expõe aspectos da inclusão digital e articula informações para ampliar a compreensão do leitor sobre um problema de interesse coletivo.
- D) regulamenta o acesso da população aos serviços digitais, estabelecendo obrigações para os usuários e responsabilidades para as instituições públicas.
- E) relata uma experiência individual de exclusão digital, empregando impressões pessoais para aproximar o leitor das dificuldades enfrentadas pelo narrador.

QUESTÕES 7 e 8

Texto:



BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania: Cidadania (tirinha)**. Brasília: Controladoria-Geral da União; Ministério da Educação 2013. Material educativo produzido em parceria com o Instituto Maurício de Sousa. Disponível no programa Um por Todos e Todos por Um! (UPT).

QUESTÃO 7

A construção do humor na tirinha decorre principalmente do fato de que uma das personagens

- A) demonstra desconhecer completamente o significado dos conceitos de direito e dever apresentados pelos colegas.
- B) interpreta a ideia de cidadania de forma incoerente, ao reivindicar como direito um interesse exclusivamente pessoal.
- C) modifica o tema da conversa para discutir a importância da alimentação saudável durante a convivência escolar.
- D) questiona a necessidade de preservar a limpeza dos espaços públicos diante das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.
- E) reconhece a importância do cumprimento dos deveres, mas argumenta que eles devem ser exigidos apenas dos adultos.

QUESTÃO 8

Na sequência das falas, a passagem das expressões “nossos direitos”, “nosso direito” e “nosso dever” para “o meu direito” contribui para

- A) associar o exercício da cidadania ao cumprimento de regras coletivas, mas desconsidera a existência de direitos individuais nas relações sociais.
- B) reconhecer a importância dos deveres públicos, porém entende que a manutenção dos espaços comuns depende prioritariamente da atuação do Estado.
- C) valorizar o respeito às normas sociais, mas substitui a cooperação entre os cidadãos pela cobrança de comportamentos individuais.
- D) considerar a limpeza dos espaços públicos uma responsabilidade compartilhada, embora rejeite a participação de crianças nesse processo.
- E) deslocar a discussão do plano coletivo para o interesse particular, produzindo o efeito crítico que encerra a tirinha.

* * *

QUESTÃO 9

Considerando as seguintes regras estabelecidas em um setor administrativo acerca da participação de servidores em um curso de capacitação:

- Todo servidor que participa do curso entrega o relatório final.
- Nenhum servidor que deixa de entregar o relatório recebe certificado.
- O servidor X participou do curso.

Nessas condições, identifique a conclusão logicamente necessária:

- A) O servidor X recebeu certificado.
- B) O servidor X entregou o relatório final.
- C) Todo servidor que entrega o relatório participou do curso.
- D) Nenhum servidor sem certificado participou do curso.
- E) Apenas servidores certificados participam do curso.

QUESTÃO 10

Em uma ação de fiscalização, uma empresa foi autuada com multa de R\$ 2.000,00. A norma aplicável estabelece que em caso de pagamento após o vencimento, incide acréscimo de 10% sobre o valor da multa e se o pagamento ocorrer, ainda assim, à vista no prazo de regularização, aplica-se desconto de 20% sobre o valor já acrescido.

Considerando que a empresa efetuou o pagamento após o vencimento, mas à vista dentro do prazo de regularização com direito ao desconto, o valor final pago foi de:

- A) R\$ 1.600,00
- B) R\$ 1.760,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 1.960,00
- E) R\$ 2.160,00

QUESTÃO 11

Em uma operação de manutenção urbana, 6 equipes, com 4 agentes em cada uma, realizam a limpeza de 18 ruas em 5 dias, trabalhando 6 horas por dia. Mantidas as mesmas condições de produtividade individual, se a administração passar a contar com 8 equipes, com 3 agentes em cada uma, trabalhando 10 dias e 9 horas por dia, o número de ruas que poderão ser limpas será:

- A) 36
- B) 45
- C) 48
- D) 54
- E) 60

QUESTÃO 12

Um valor utilizado em determinado serviço municipal sofreu duas alterações sucessivas: inicialmente, recebeu um acréscimo de 20% sobre o valor original; em seguida, foi reduzido em 20% sobre o valor já reajustado.

A afirmação de que essas alterações fazem o valor retornar ao seu montante inicial está

- A) correta, pois percentuais iguais de acréscimo e redução anulam seus efeitos.
- B) correta, pois a redução de 20% incide sobre o valor original.
- C) incorreta, pois o valor final corresponde a 80% do valor inicial.
- D) incorreta, pois o valor final corresponde a 100% do valor inicial.
- E) incorreta, pois o valor final corresponde a 96% do valor inicial.

* * *

QUESTÃO 13

Durante o processo de informatização dos serviços de uma Prefeitura Municipal, a equipe técnica da Diretoria de TI realizou o inventário dos recursos computacionais utilizados pelos agentes de fiscalização. No relatório final, foram listados os seguintes elementos:

1. Monitores operacionais e coletores eletrônicos de dados de campo;
2. Sistemas operacionais e aplicativos de emissão de autos de infração;
3. Discos rígidos e unidades de armazenamento dos servidores da prefeitura.

Ao classificar esses elementos segundo a arquitetura básica de computadores, o técnico responsável concluiu corretamente que

- A) os itens 1 e 3 constituem hardware, por serem componentes físicos, enquanto o item 2 constitui software, por representar os componentes lógicos e programas.
- B) os itens 1 e 2 constituem hardware, por estarem diretamente acessíveis ao usuário, enquanto o item 3 constitui software, por ficar restrito ao ambiente de servidor.
- C) o item 1 constitui hardware, o item 2 constitui software e o item 3 é uma categoria intermediária que não se enquadra nas definições clássicas da informática.
- D) os itens 2 e 3 constituem software, por se relacionarem ao processamento e armazenamento de dados, enquanto o item 1 constitui hardware.
- E) os três itens constituem software, pois todos dependem de rotinas de processamento lógicas para operar no ambiente municipal.

QUESTÃO 14

Os navegadores de internet desempenham papel central na mediação entre o usuário e os conteúdos disponíveis na rede, sendo responsáveis por interpretar códigos, gerenciar conexões e armazenar informações que influenciam a experiência de navegação, como cache, cookies e dados de sessão.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a Internet**: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. Adaptado.

Considere que um usuário acessa repetidamente um sistema online por meio de um navegador. Após realizar alterações em seu perfil na plataforma, percebe que, ao retornar posteriormente, as informações exibidas continuam desatualizadas, mesmo após novo acesso ao sistema. Ao tentar acessar a mesma página em outro navegador, as informações aparecem corretamente atualizadas.

Considerando o funcionamento dos navegadores de internet, a ação adequada para resolver o problema descrito no primeiro navegador consiste em

- A) desativar a conexão com a internet e reiniciar o navegador, forçando a atualização automática dos dados armazenados.
- B) limpar os dados de navegação, incluindo cache e cookies, de modo a eliminar versões armazenadas localmente da página.
- C) alterar o mecanismo de busca padrão do navegador, garantindo que a página seja carregada a partir de servidores atualizados.
- D) instalar uma extensão de segurança no navegador, impedindo o carregamento de conteúdos desatualizados.
- E) modificar o endereço da página acessada, substituindo o protocolo HTTP por HTTPS para garantir a atualização das informações.

QUESTÃO 15

A segurança da informação em ambientes digitais envolve a identificação de ameaças que exploram tanto vulnerabilidades técnicas quanto comportamentos dos usuários. Ataques contemporâneos frequentemente combinam engenharia social, manipulação de credenciais e mecanismos automatizados de coleta de dados, tornando insuficiente a adoção de medidas isoladas de proteção.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. Adaptado.

Considere a seguinte situação: um servidor público recebe um e-mail aparentemente enviado por um serviço institucional conhecido, solicitando a atualização urgente de sua senha sob pena de bloqueio de acesso. O e-mail contém um link que direciona para uma página visualmente idêntica ao portal oficial. Após inserir suas credenciais, o usuário percebe que não houve qualquer atualização no sistema. Dias depois, sua conta é utilizada para envio de mensagens indevidas a outros usuários da instituição.

A análise técnica da situação descrita, considerando os mecanismos envolvidos no incidente, indica que

- A) ocorreu a ação de um vírus que, ao ser executado automaticamente pelo navegador, capturou as credenciais do usuário sem necessidade de interação direta.
- B) houve falha no sistema de criptografia da instituição, permitindo que a senha fosse interceptada durante sua transmissão legítima.
- C) trata-se de um ataque de phishing, no qual o usuário foi induzido a fornecer suas credenciais em uma página fraudulenta.
- D) o incidente decorre exclusivamente da fragilidade da senha utilizada, sendo irrelevante a origem do link acessado pelo usuário.
- E) trata-se de um ataque de negação de serviço, no qual o sistema foi sobrecarregado, resultando no comprometimento das contas institucionais.

Durante a rotina administrativa, um servidor recebeu por e-mail a solicitação de encaminhar ao setor competente um relatório acompanhado de fotografias, planilhas e um documento em PDF. Antes do envio, organizou os arquivos, adotou nomes que permitiam identificá-los e conferiu se correspondiam aos documentos solicitados.

Para encaminhar corretamente os arquivos e preservar a organização da comunicação, o servidor deve

- A) criar uma nova mensagem, anexar os documentos e excluir o e-mail da pasta “Enviados” após confirmar o encaminhamento.
- B) responder à mensagem recebida, manter o assunto e o histórico, identificar os documentos anexados, conferir os destinatários e preservar o e-mail enviado.
- C) responder à solicitação e incluir no campo “Com cópia” todos os endereços institucionais conhecidos, facilitando o acesso aos documentos.
- D) encaminhar os arquivos ao remetente da solicitação, mesmo que outro setor tenha sido indicado como destinatário, deixando-lhe a distribuição interna.
- E) substituir o assunto original por uma expressão genérica e retirar o histórico da mensagem, permitindo sua utilização em outros encaminhamentos.

* * *

QUESTÃO 17

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2024 apontou que 108 países estavam classificados como economias de renda média ao final de 2023. Desde a década de 1990, porém, apenas 34 economias desse grupo conseguiram alcançar a condição de alta renda. Para enfrentar a chamada “armadilha da renda média”, o Banco Mundial recomenda estratégias graduais, combinando investimento, incorporação e difusão de tecnologias e, nos estágios mais avançados, inovação. A escolha dessas estratégias deve considerar o nível de desenvolvimento e as condições institucionais de cada país.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2024**: a armadilha da renda média. Washington, DC: Banco Mundial, 2024. Adaptado.

A análise apresentada no relatório indica que

- A) as estratégias de desenvolvimento devem ser adaptadas às condições econômicas e institucionais dos países, combinando diferentes instrumentos conforme o estágio alcançado.
- B) os países de renda média alcançam níveis elevados de renda quando concentram suas políticas exclusivamente na ampliação dos investimentos internos.
- C) a incorporação de tecnologias estrangeiras deve substituir os investimentos produtivos nos países que ainda não atingiram níveis elevados de renda.
- D) a inovação constitui a primeira medida a ser adotada por qualquer economia, independentemente de sua estrutura produtiva e de seu nível de desenvolvimento.
- E) a passagem para o grupo de alta renda ocorre naturalmente com o crescimento econômico, sem exigir mudanças nas políticas e nas instituições nacionais.

QUESTÃO 18

A Estratégia Nacional de Governo Digital orienta que os serviços públicos digitais sejam inclusivos, acessíveis e organizados de modo a considerar as desigualdades sociais e as barreiras enfrentadas pelos cidadãos.

BRASIL. Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Arts. 8º e 9º. Adaptado.

Considere que um ente federativo passou a oferecer determinado serviço público exclusivamente por um único canal digital. O procedimento era igual para todos os cidadãos, mas

avaliações posteriores revelaram índices menores de acesso entre grupos socialmente vulneráveis.

Considerando a diferença entre igualdade formal e igualdade material, essa política

- A) concretiza a universalidade dos direitos, pois a utilização do mesmo canal assegura condições equivalentes de atendimento.
- B) promove a igualdade material, pois a uniformização dos procedimentos impede privilégios na prestação do serviço público.
- C) preserva a efetividade do direito, pois as diferenças de utilização não alteram a disponibilidade jurídica do serviço.
- D) assegura igualdade formal de acesso, mas não garante sua efetivação material, por desconsiderar as barreiras enfrentadas pelos grupos vulneráveis.
- E) transfere adequadamente aos cidadãos a responsabilidade pela adaptação às tecnologias utilizadas na modernização do Estado.

QUESTÃO 19

As transformações recentes no contexto socioeconômico brasileiro têm sido marcadas por dinâmicas simultâneas de expansão do acesso a bens e serviços e persistência de desigualdades sociais estruturais. Nesse cenário, observam-se mecanismos de inclusão econômica e formas renovadas de vulnerabilidade social, especialmente em contextos de instabilidade do mercado de trabalho e de heterogeneidade regional.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Adaptado.

A partir das informações contidas no texto e dos conhecimentos sobre a formação social e econômica do Brasil, o contexto socioeconômico brasileiro se caracteriza essencialmente pela manutenção da

- A) ampliação do mercado consumidor como principal mecanismo de integração social, acompanhada de redução gradual das diferenças de renda e de acesso a oportunidades entre grupos e regiões.
- B) integração progressiva das diferentes regiões brasileiras, impulsionada pela expansão do crédito e dos serviços, ainda que persistam desigualdades pontuais no mercado de trabalho.
- C) coexistência entre avanços na inclusão econômica e desigualdades estruturais, que se manifestam sob novas formas diante da instabilidade do mercado de trabalho.
- D) concentração das vulnerabilidades sociais nos trabalhadores inseridos em ocupações informais, enquanto as desigualdades regionais perdem relevância diante da integração econômica nacional.
- E) dependência da redução das desigualdades em relação aos períodos de crescimento econômico, nos quais a expansão do emprego e do consumo distribui-se de maneira socialmente equilibrada.

Texto I

O realismo capitalista manifesta-se na percepção de que as formas atuais de organização econômica e social seriam as únicas possíveis. Nesse contexto, mudanças tecnológicas podem parecer inevitáveis, embora sua utilização resulte de escolhas políticas, institucionais e coletivas.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Adaptado.

Texto II

A inteligência artificial generativa pode aumentar a produtividade e transformar diferentes ocupações. Seus efeitos sobre o trabalho, entretanto, dependem das políticas públicas, da qualificação profissional e das decisões tomadas por empresas e governos durante sua adoção.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Um em cada quatro empregos serão transformados pela inteligência artificial generativa, de acordo com novo índice da OIT e do NASK. Genebra: OIT, 20 maio 2025. Adaptado.

A análise conjunta dos textos indica que as transformações provocadas pela inteligência artificial no mercado de trabalho

- A) podem reproduzir desigualdades e formas de exploração existentes, conforme as escolhas que orientem a incorporação da tecnologia às relações de trabalho.
- B) reduzem a influência das decisões institucionais, pois os recursos tecnológicos passam a determinar a organização das atividades profissionais.
- C) resultam de uma evolução autônoma da tecnologia, independente das condições históricas, sociais e políticas de cada sociedade.
- D) tendem a igualar as condições de inserção profissional à medida que o aumento da produtividade gera novas ocupações.
- E) substituem progressivamente a regulação das relações de trabalho por critérios de eficiência técnica e inovação.

* * *

QUESTÃO 21

Considere que durante a tramitação de pedidos de licença administrativa no Poder Executivo municipal, um servidor efetivo responsável pela conferência documental recebeu de um vereador a solicitação de que determinado processo fosse analisado antes dos demais, sob o argumento de que o interessado havia colaborado com atividades comunitárias promovidas pelo parlamentar.

O vereador acrescentou que, por integrar um dos Poderes do Município, poderia orientar diretamente o trabalho do servidor. Não havia previsão legal de prioridade para o processo nem ordem formal expedida pela chefia administrativa competente.

A partir da organização dos Poderes, os princípios da Administração Pública e os deveres funcionais do servidor, a conduta correta consiste em

- A) atender à solicitação, porque o vereador exerce função pública representativa e possui legitimidade para intervir na organização interna dos serviços municipais.
- B) encaminhar o processo para análise prioritária, desde que registre nos autos que a providência decorreu de solicitação formulada por membro do Poder Legislativo.
- C) manter a tramitação segundo os critérios administrativos aplicáveis aos demais processos, recusar a interferência funcional indevida e comunicar a ocorrência à autoridade competente.
- D) suspender imediatamente todos os processos semelhantes até que o Poder Legislativo delibere formalmente sobre os critérios de prioridade administrativa.
- E) cumprir a orientação do vereador e, posteriormente, solicitar à chefia do órgão a convalidação da alteração da ordem de análise.

QUESTÃO 22

Análise o dispositivo a seguir, extraído da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 7º-B. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, dentre eles, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantindo amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle popular, nos termos desta Lei Orgânica.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

A compreensão do dispositivo permite concluir que a transparência da atuação municipal tem como finalidade principal

- A) assegurar a ampla divulgação dos atos administrativos, atribuindo aos meios de comunicação a responsabilidade institucional pela fiscalização permanente da gestão pública.

- B) possibilitar o acesso às informações públicas e favorecer a participação da sociedade no acompanhamento, na fiscalização e no controle da atuação do Município.
- C) garantir que o controle da Administração Pública seja exercido prioritariamente pelos representantes eleitos, cabendo à população acompanhar os resultados divulgados pelos órgãos públicos.
- D) condicionar a participação popular na fiscalização dos atos administrativos à autorização prévia da autoridade competente, preservando a organização interna da Administração.
- E) restringir os mecanismos de controle popular aos atos praticados pelo Poder Legislativo, por ser este o órgão diretamente representativo da população.

QUESTÃO 23

Considere que em razão do aumento da demanda por vagas na educação infantil, a Prefeitura do Município instituiu um programa para ampliar o atendimento às crianças em idade pré-escolar. Durante uma reunião administrativa, um servidor afirmou que a manutenção desses programas depende exclusivamente dos recursos financeiros municipais, não sendo admitida qualquer forma de cooperação entre os entes federativos.

Outro servidor discordou da afirmação e fundamentou seu entendimento no seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando o dispositivo apresentado, a conduta administrativa adequada deve

- A) manter os programas de educação pré-escolar e ensino fundamental, admitindo a cooperação financeira da União e do Estado.
- B) manter os programas de ensino infantil e fundamental, uma vez que a educação pré-escolar constitui atribuição exclusiva do Estado.
- C) buscar cooperação financeira da União e do Estado somente quando houver autorização prévia da Câmara Municipal.
- D) transferir à União a responsabilidade pela manutenção dos programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.
- E) restringir a cooperação entre os entes federativos aos casos de insuficiência financeira do Município, por se tratar de medida excepcional.

Os princípios constitucionais da administração pública estão previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Eles estabelecem que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes e de todos os entes federativos deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir da compreensão desses princípios da administração pública, considere que uma unidade municipal responsável pela análise de licenças e autorizações, em uma auditoria, identificou aumento expressivo do tempo de espera e ausência de informações públicas sobre a tramitação dos requerimentos e tratamentos distintos entre interessados em situações semelhantes.

Para reorganizar o serviço, a direção da unidade municipal apresentou as seguintes medidas:

- I. adotar sistema eletrônico de triagem que respeite a ordem cronológica e as prioridades previstas em lei, utilizando critérios objetivos previamente divulgados;
- II. disponibilizar painel público com prazos médios, critérios de análise e situação dos processos, preservados os dados pessoais e as informações legalmente protegidas;
- III. inserir no painel eletrônico o nome, a fotografia e o slogan institucional da autoridade responsável pela modernização do serviço;
- IV. autorizar os servidores a dispensar documentos obrigatórios quando considerarem relevante o interesse econômico ou social do requerente;
- V. estabelecer metas de redução do prazo de análise e revisar os fluxos de trabalho, sem eliminar etapas ou exigências estabelecidas pela legislação.

Após examinar os efeitos jurídicos e administrativos do conjunto de propostas, a comissão responsável deverá adotar as medidas

- A) I, III e V, pois a divulgação da autoridade responsável atende à publicidade, enquanto a definição de metas concretiza a eficiência administrativa.
- B) II, IV e V, pois a transparência dos processos e a busca por resultados autorizam a flexibilização de exigências formais em situações consideradas socialmente relevantes.
- C) I, IV e V, mantendo reservadas as informações sobre critérios e prazos até a conclusão dos processos, para evitar interferências externas na atuação administrativa.
- D) I, II e V, pois a melhoria dos resultados deve observar critérios legais e objetivos, transparência institucional, ausência de promoção pessoal e tratamento impessoal dos interessados.
- E) II, III e V e substituir a ordem cronológica por classificação definida pela direção, pois a eficiência permite priorizar requerimentos com maior impacto econômico para o Município.

Considere que o Município de Riachão do Jacuípe iniciou a revitalização da área central da cidade e decidiu reorganizar a circulação de veículos em um importante corredor urbano. Durante a execução das obras, surgiram as seguintes demandas:

instalação de nova sinalização de regulamentação e advertência nas vias municipais; definição de novos sentidos de circulação em algumas ruas; aplicação de penalidades aos condutores que desrespeitassem a sinalização provisória implantada durante a obra.

Na fase de planejamento, foram apresentadas diferentes interpretações sobre a atuação do Município. Para subsidiar a decisão administrativa, a equipe técnica consultou o seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

XXI – disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e suas estradas municipais, instituindo penalidades e dispondo sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano, observada a legislação pertinente.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). **Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe**. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando a situação apresentada, a interpretação compatível com a competência municipal demonstra que

- A) o Município pode instalar a sinalização das vias urbanas, mas a criação de novos sentidos de circulação depende de autorização prévia do Estado.
- B) o Município pode organizar a circulação local, porém a aplicação de penalidades relacionadas ao trânsito urbano compete aos órgãos estaduais.
- C) a implantação de sinalização provisória durante obras públicas depende de ato conjunto do Município e da União, em razão da competência comum sobre o sistema viário.
- D) a arrecadação das multas decorrentes da fiscalização do trânsito urbano somente pode ocorrer mediante convênio específico celebrado com o Estado.
- E) o Município pode reorganizar a circulação nas vias urbanas, implantar a sinalização necessária, aplicar as penalidades cabíveis e arrecadar as multas correspondentes, desde que observe a legislação de trânsito aplicável.

* * *

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Questões de 26 a 45

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

QUESTÃO 26

Durante o acompanhamento de uma obra municipal de pavimentação, o Fiscal de Postura e Obras observa que parte do serviço executado aparenta divergir das especificações constantes nos documentos técnicos disponibilizados para a fiscalização.

Diante dessa situação, a atuação inicial adequada do fiscal consiste em

- A) solicitar verbalmente a correção do serviço e aguardar a providência da empresa antes de produzir qualquer registro administrativo.
- B) determinar a paralisação integral da obra, independentemente da extensão da possível divergência e da competência prevista para a adoção da medida.
- C) confrontar o serviço executado com os documentos técnicos, registrar objetivamente a possível inconformidade e encaminhá-la ao setor competente para as providências cabíveis.
- D) autorizar a continuidade definitiva do serviço, desde que a empresa responsável declare que a alteração não comprometerá o resultado da obra.
- E) modificar as especificações técnicas originalmente estabelecidas, adequando-as ao serviço já executado para evitar atraso no cronograma.

QUESTÃO 27

Durante uma vistoria, o proprietário de um imóvel urbano afirma que pode utilizá-lo de qualquer maneira, desde que mantenha os tributos em dia e não invada propriedades vizinhas. Entretanto, a atividade desenvolvida no local mostra-se incompatível com as exigências de ordenação urbana estabelecidas no Plano Diretor.

À luz do Estatuto da Cidade, a análise dessa situação deve considerar que a propriedade urbana cumpre sua função social quando

- A) atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, em consonância com a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento das atividades econômicas.
- B) permanece sob domínio particular regular, cabendo exclusivamente ao proprietário definir o uso economicamente mais conveniente para o imóvel.
- C) produz retorno financeiro suficiente para assegurar o recolhimento dos tributos municipais incidentes sobre o imóvel.

- D) preserva sua estrutura física original, ainda que o uso desenvolvido no local contrarie as regras de organização territorial do Município.
- E) recebe qualquer atividade autorizada pelo proprietário, desde que os efeitos dessa utilização permaneçam restritos ao interior do imóvel.

QUESTÃO 28

Realizando o acompanhamento da restauração de um imóvel público, o Fiscal de Postura e Obras registrou as seguintes condições:

Elemento verificado	Situação observada
Aberturas existentes no piso	Fechadas com material resistente e fixado à estrutura
Periferia da laje superior	Sem guarda-corpo ou outro sistema de proteção coletiva
Atividade executada no local	Transporte manual de materiais próximo à borda da laje
Equipamentos de proteção individual	Capacetes em uso e cinturões de segurança armazenados no canteiro
Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	Risco de queda identificado e previsão de proteção coletiva

Quadro elaborado com base na Norma Regulamentadora nº 18.

Considerando as condições registradas e as medidas de prevenção contra quedas estabelecidas pela NR-18, a conclusão tecnicamente adequada do fiscal consiste em registrar a

- A) regularidade do serviço, pois o fechamento das aberturas do piso elimina os riscos de queda existentes na área de trabalho.
- B) suficiência das medidas adotadas, pois a disponibilidade de cinturões de segurança no canteiro substitui a proteção coletiva na periferia da laje.
- C) inconformidade decorrente da ausência de proteção coletiva na periferia da laje e encaminhar a ocorrência para a adoção das providências cabíveis.
- D) necessidade de alterar o PGR, retirando a proteção coletiva nele prevista e adequando o documento às condições encontradas na execução da obra.
- E) possibilidade de instalação da proteção coletiva apenas na etapa de acabamento, desde que os trabalhadores permaneçam afastados da borda durante os intervalos da atividade.

Durante a fiscalização da reforma de um prédio público, foram examinadas as seguintes anotações do diário de obra:

DIÁRIO DE OBRA — REGISTRO DE 6 DE AGOSTO DE 2026

8h15: fragmentos de concreto, argamassa e componentes cerâmicos provenientes das demolições foram acondicionados na Caçamba 1.

10h40: papelão, plástico, metais e placas de gesso foram separados e armazenados na Caçamba 2.

13h20: sobras de solvente e estopas contaminadas utilizadas na pintura foram depositadas na Caçamba 1, junto aos resíduos das demolições.

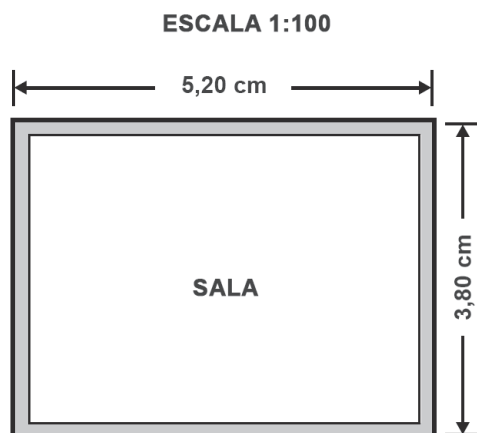
16h00: as caçambas foram identificadas para posterior encaminhamento às áreas de destinação.

Registro elaborado com base na Resolução CONAMA nº 307/2002 e em suas alterações.

Considerando a classificação e a destinação dos resíduos da construção civil, a providência adequada diante dos registros consiste em

- A) manter os materiais nas caçambas indicadas, pois os resíduos produzidos em uma mesma obra podem receber destinação conjunta, independentemente de sua natureza.
- B) transferir o conteúdo da Caçamba 2 para a Caçamba 1, pois papelão, plástico, metais e gesso podem ser encaminhados juntamente com concreto, argamassa e componentes cerâmicos.
- C) encaminhar as sobras de solvente à rede de esgotamento, após sua diluição, e conservar as estopas contaminadas junto aos resíduos de demolição.
- D) encaminhar todo o conteúdo da Caçamba 1 diretamente à destinação reservada aos resíduos de Classe A, pois a presença de pequena quantidade de solvente não altera a classificação predominante da carga.
- E) interromper o encaminhamento da Caçamba 1, promover a segregação dos resíduos perigosos e avaliar os materiais de demolição quanto à possível contaminação, destinando cada fração conforme sua classificação e suas condições efetivas.

Observe o recorte de uma planta baixa que apresenta as dimensões internas de uma sala retangular:



Considere que na vistoria da obra, o fiscal realizou a medição do ambiente construído e registrou:

Comprimento executado: 5,20 m

Largura executada: 3,50 m

A comparação entre a planta e as medidas registradas permite concluir que

- A) o comprimento executado corresponde ao representado na planta, enquanto a largura apresenta redução de 0,30 m.
- B) o comprimento executado apresenta acréscimo de 0,52 m, enquanto a largura corresponde ao representado na planta.
- C) o comprimento e a largura executados apresentam redução de 0,30 m em relação às dimensões representadas na planta.
- D) o comprimento executado corresponde ao representado na planta, enquanto a largura apresenta redução de 0,03 m.
- E) o comprimento e a largura executados correspondem às dimensões representadas na planta, pois a diferença decorre da conversão entre centímetros e metros.

Considere o fluxo proposto para o atendimento de uma denúncia relativa ao funcionamento de uma atividade urbana:



Fluxo elaborado com base no art. 78 do Código Tributário Nacional.

No processo de vistoria, o fiscal verifica indícios de irregularidade, mas constata que a denúncia descrevia parte dos fatos de maneira imprecisa. Um servidor sugere que a quantidade de moradores signatários da reclamação seja considerada suficiente para aplicar imediatamente a medida administrativa mais restritiva disponível.

Considerando o exercício regular do poder de polícia, a conduta tecnicamente adequada diante da situação descrita se resume em

- A) substituir a vistoria pela denúncia coletiva, utilizando o número de assinaturas como fundamento para definir a medida administrativa cabível.
- B) confirmar a existência de interesse público na reclamação e aplicar a medida sugerida pelos moradores, registrando posteriormente os elementos encontrados no local.
- C) encerrar a apuração em razão das imprecisões identificadas na denúncia, desconsiderando os indícios de irregularidade verificados durante a vistoria.
- D) distinguir as alegações da denúncia dos fatos efetivamente constatados, registrar as evidências e adotar ou propor a medida prevista na legislação, conforme a competência do agente e o processo aplicável.
- E) encaminhar a ocorrência à autoridade superior sem produzir conclusão técnica, deixando para outra etapa a identificação dos fatos e das normas possivelmente aplicáveis.

No curso da fiscalização da reforma de uma escola municipal, o setor responsável recebeu o seguinte relato:

RELATO DO USUÁRIO

“Consegui entrar pela rampa lateral e fui atendido no balcão rebaixado da secretaria. Quando me encaminharam para o laboratório de Ciências, informaram que ele ficava no pavimento superior. A escola não possui elevador, plataforma elevatória ou outra rota que eu pudesse utilizar com minha cadeira de rodas. Um funcionário sugeriu que duas pessoas me ajudassem a subir a escada.”

A vistoria confirmou a existência de rampa na entrada, balcão acessível na secretaria e sanitário adaptado no pavimento térreo. O laboratório de Ciências, a biblioteca e outros ambientes utilizados pelos estudantes estavam localizados no pavimento superior, alcançado por escada.

Considerando as condições de acessibilidade de edificações de uso público, a análise técnica da situação deve

- A) reconhecer a adequação da reforma, pois a rampa, o balcão rebaixado e o sanitário adaptado atendem às condições de acessibilidade relacionadas ao ingresso do usuário na escola.
- B) registrar que as adaptações existentes não constituem uma rota acessível até os ambientes do pavimento superior e que o deslocamento deve ocorrer com segurança e autonomia.
- C) considerar o auxílio dos funcionários uma solução compatível com a acessibilidade, desde que a equipe receba orientações sobre o transporte de pessoas pela escada.
- D) recomendar a instalação de sinalização indicando a necessidade de auxílio na escada, mantendo a distribuição dos ambientes prevista no projeto da reforma.
- E) concluir que o laboratório e a biblioteca podem permanecer no pavimento superior, pois os recursos acessíveis situados no térreo compensam a barreira encontrada na circulação vertical.

Durante a fiscalização de uma obra pública contratada por preços unitários, a empresa apresentou o seguinte boletim de medição:

Serviço	Unidade	Quantidade indicada pela empresa	Quantidade verificada pelo fiscal	Observação da vistoria
Alvenaria de vedação concluída	m²	120	96	Trecho restante ainda não executado
Revestimento cerâmico assentado	m²	180	180	Serviço concluído conforme as especificações
Portas instaladas e ajustadas	un	8	6	Duas unidades entregues no canteiro, mas ainda não instaladas

Boletim elaborado com base nos procedimentos de fiscalização e medição de obras públicas.

Antes do fechamento da medição, o representante da empresa solicitou o ateste integral das quantidades apresentadas, argumentando que a alvenaria seria concluída na semana seguinte e que as duas portas já se encontravam no canteiro.

A análise conjunta do boletim e das evidências da vistoria conduz o fiscal a

- A) atestar 120 m² de alvenaria, 180 m² de revestimento e oito portas, registrando que os serviços pendentes serão conferidos na medição seguinte.
- B) atestar 96 m² de alvenaria, 180 m² de revestimento e oito portas, considerando a entrega das duas unidades no canteiro como equivalente à instalação prevista.
- C) atestar 120 m² de alvenaria, 180 m² de revestimento e seis portas, pois a previsão de conclusão da alvenaria permite incorporá-la ao período medido.
- D) atestar 96 m² de alvenaria, 180 m² de revestimento e seis portas, registrando as diferenças e condicionando sua inclusão a uma medição posterior, após a execução e a verificação correspondentes.
- E) suspender o ateste dos três serviços, pois a existência de diferenças em dois itens impede o reconhecimento do revestimento executado em conformidade.

Na fiscalização da reforma de uma escola municipal, foram reunidos os seguintes registros:

Registro	Local vistoriado	Evidência observada
I	Parede externa da biblioteca	Calha obstruída e marcas de escoamento próximas à cobertura
II	Face interna da mesma parede	Mancha de umidade concentrada na parte superior, com pintura descascada após períodos de chuva
III	Base da parede do corredor térreo	Revestimento desagregado até cerca de 40 cm do piso
IV	Área externa junto ao corredor	Solo úmido, piso sem caimento adequado e ausência de drenagem próxima à edificação

Registros elaborados com base em procedimentos de inspeção e diagnóstico de manifestações patológicas nas edificações.

A empresa responsável propôs lixar as superfícies atingidas e aplicar nova pintura antes da entrega da obra.

A análise conjunta dos registros indica que o fiscal deve

- A) autorizar a repintura das duas paredes, pois a renovação do revestimento recompõe a proteção das superfícies atingidas pela umidade.
- B) associar os registros I e II à umidade proveniente do solo e os registros III e IV à entrada de água pela cobertura, definindo o tratamento conforme essa classificação.
- C) determinar a substituição integral das paredes, uma vez que o descascamento da pintura e a desagregação do revestimento demonstram comprometimento estrutural da edificação.
- D) receber os serviços de acabamento e registrar a drenagem externa como melhoria futura, considerando que as manifestações observadas não interferem no uso dos ambientes.
- E) registrar as prováveis origens distintas das manifestações, exigir a correção das condições de entrada ou permanência da água e verificar a secagem das superfícies antes da recomposição dos revestimentos.

QUESTÃO 35

No processo de rotina da fiscalização de uma feira livre municipal, foram registradas quatro ocorrências envolvendo comerciantes instalados em uma praça pública.

CRITÉRIOS PREVISTOS PARA A ATIVIDADE

Situação	Procedimento aplicável
Comerciante regularmente licenciado	Deve atuar no local, no horário e com os produtos autorizados
Alteração da atividade ou do ponto autorizado	Depende de prévia autorização administrativa
Venda de alimentos	Exige conservação adequada, proteção contra contaminação e limpeza da área
Ocupação que impeça a circulação de pedestres	Deve ser imediatamente corrigida
Atividade sem licença	Deve ser registrada e submetida às medidas previstas no processo administrativo
Mercadoria que apresente risco sanitário imediato	Deve ser isolada e encaminhada à autoridade competente para as providências cabíveis

REGISTRO DA VISTORIA

Comerciante	Condição constatada
I	Licenciado para vender artesanato; instalado no ponto autorizado e sem obstruir a circulação
II	Licenciado para vender hortaliças; caixas vazias e resíduos deixados sobre a faixa destinada aos pedestres
III	Licenciado para vender bebidas industrializadas; passou a comercializar alimentos preparados sem autorização e sem proteção contra contaminação
IV	Sem licença; vendia utensílios domésticos, sem obstruir a passagem e sem apresentar risco sanitário

Diante das condições constatadas, a atuação tecnicamente adequada do fiscal consiste em

- A) autorizar a permanência dos quatro comerciantes, pois a inexistência de risco sanitário na maior parte das barracas torna dispensáveis a licença e a observância dos pontos autorizados.
- B) reconhecer a regularidade do Comerciante I, determinar a desobstrução da passagem pelo Comerciante II, suspender a venda irregular de alimentos pelo Comerciante III e registrar a atividade não licenciada do Comerciante IV para aplicação das medidas administrativas cabíveis.
- C) determinar o encerramento integral da feira, pois a presença simultânea de irregularidades individuais compromete automaticamente a licença de todos os comerciantes instalados no espaço.
- D) apreender imediatamente todas as mercadorias dos Comerciantes II, III e IV, pois qualquer infração relacionada à ocupação do espaço público exige a aplicação da mesma penalidade.
- E) permitir que os Comerciantes II e III continuem atuando até o término da feira e exigir licença somente do Comerciante IV, pois as autorizações concedidas abrangem qualquer produto comercializado no mesmo ponto.

Durante a fiscalização da construção de um Centro Municipal de Educação Infantil, o fiscal recebeu o relatório referente ao concreto empregado em parte dos pilares do bloco administrativo.

RELATÓRIO DE CONTROLE TECNOLÓGICO

Dado verificado	Registro
Resistência característica especificada em projeto	30 MPa
Idade prevista para o ensaio	28 dias
Resultados registrados no relatório	31 MPa; 32 MPa; 22 MPa; 33 MPa
Identificação do resultado de 22 MPa	Corpo de prova CP-03
Elemento associado ao CP-03	Pilar P12
Condição observada	Corpo de prova identificado e ensaiado na idade prevista
Situação do lote	Aguardando análise para recebimento

Relatório elaborado com base nos procedimentos de preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto.

A empresa executora solicitou o recebimento do lote, argumentando que a média dos quatro resultados supera a resistência especificada no projeto e que apenas um corpo de prova apresentou valor inferior.

A análise técnica dos registros conduz o fiscal

- A) registrar a não conformidade, preservar a rastreabilidade entre o resultado e o pilar P12 e exigir avaliação técnica segundo os critérios de controle aplicáveis antes do recebimento do lote.
- B) excluir o resultado de 22 MPa do relatório, pois os outros três valores apresentam proximidade e confirmam a resistência prevista no projeto.
- C) receber o lote, pois a média dos resultados supera 30 MPa e neutraliza o valor inferior apresentado pelo corpo de prova CP-03.
- D) determinar a demolição imediata do pilar P12, pois um resultado inferior ao valor especificado comprova, por si só, a impossibilidade de aproveitamento do elemento.
- E) autorizar o recebimento provisório do pilar P12, transferindo a verificação de sua resistência para a inspeção visual realizada ao término da obra.

Após a fiscalização das obras de requalificação de uma praça municipal, foi elaborado o seguinte registro esquemático da frente de trabalho:

Setor	Condição verificada
1	Tapume contínuo separando parte da obra da área aberta ao público
2	Desvio de pedestres conduzido para a faixa utilizada pelos caminhões
3	Pilhas de blocos armazenadas junto à passagem provisória
4	Escavação sinalizada, mas isolada apenas por fita plástica
5	Portão utilizado simultaneamente para entrada de veículos e trabalhadores

Situação elaborada com base na NR 18 — Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.

No período da vistoria, a praça permanecia parcialmente aberta. A empresa informou que os caminhões entravam em horários programados e que um funcionário orientava verbalmente os pedestres quando havia movimentação de veículos.

Considerando a interação entre a obra e a circulação no entorno, a análise técnica da situação deve

- A) validar a organização encontrada, pois a programação dos caminhões e a orientação verbal reduzem a necessidade de separação física entre veículos e pedestres.
- B) registrar os riscos identificados e exigir a reorganização da frente de trabalho, com percurso protegido para pedestres, controle dos acessos, isolamento adequado da escavação e armazenamento que não interfira na circulação.
- C) recomendar a retirada da fita instalada junto à escavação, mantendo a sinalização existente e concentrando a circulação de pedestres e veículos no acesso comum.
- D) manter o desvio pela faixa dos caminhões, condicionando a passagem dos pedestres à interrupção momentânea das operações por um funcionário da empresa.
- E) considerar suficiente o tapume instalado no Setor 1, pois a separação parcial da obra permite que os demais riscos sejam administrados por avisos e orientações no local.

QUESTÃO 38

Durante a fiscalização da reforma de um mercado municipal, foram examinados os registros referentes à instalação predial de água fria. O procedimento previsto determinava que cada trecho fosse ensaiado, ainda exposto, à pressão correspondente a 1,5 vez a pressão estática máxima definida para ele.

FICHA DE INSPEÇÃO E ENSAIO

Trecho	Pressão estática máxima	Pressão aplicada no ensaio	Resultado registrado	Condição na vistoria
A	400 kPa	600 kPa	Pressão estável e ausência de vazamentos	Tubulação exposta
B	400 kPa	400 kPa	Pressão estável e ausência de vazamentos	Parede já revestida
C	300 kPa	450 kPa	Vazamento em uma conexão	Tubulação exposta
C - repetição	300 kPa	450 kPa	Pressão estável após o reparo	Tubulação exposta

Situação elaborada com base em procedimentos de execução e controle de instalações prediais de água.

A empresa solicitou o recebimento integral da instalação. Alegou que o Trecho B não apresentou vazamentos e que a repetição do ensaio no Trecho C comprovou a correção da falha.

A análise dos registros conduz o fiscal a

- A) receber os três trechos, pois a ausência de vazamento no Trecho B e o reparo realizado no Trecho C comprovam a estanqueidade integral da instalação.
- B) rejeitar o Trecho C, pois a ocorrência de vazamento no primeiro ensaio impede seu recebimento mesmo depois do reparo e da repetição satisfatória do procedimento.
- C) receber o Trecho B, pois a estabilidade da pressão aplicada é suficiente para validar o ensaio, ainda que o valor adotado tenha sido inferior ao previsto.
- D) reconhecer a conformidade dos trechos A e C e registrar a pendência do Trecho B, que deverá ser submetido ao ensaio nas condições previstas, com acesso que permita a inspeção e os reparos eventualmente necessários.
- E) rejeitar os três trechos, pois a ocorrência encontrada no Trecho C compromete a confiabilidade dos ensaios realizados em toda a instalação.

Na recuperação de uma via municipal, a escavação revelou uma camada de solo com características diferentes das indicadas nos levantamentos utilizados para elaborar o projeto. A empresa propôs substituir parte do material e executar uma camada adicional de estabilização, serviço não previsto na planilha contratual.

LINHA DO TEMPO DOCUMENTAL

Momento	Registro
1	A empresa interrompeu a escavação no trecho e comunicou a ocorrência ao fiscal.
2	O fiscal registrou a condição encontrada e solicitou manifestação do responsável pelo projeto.
3	O projetista confirmou a necessidade de revisar a solução originalmente prevista.
4	A empresa apresentou memória de cálculo das quantidades e composição de preço para o serviço adicional.
5	Para evitar atraso, a empresa solicitou autorização verbal para iniciar imediatamente a nova solução.

Situação elaborada com base nos procedimentos de fiscalização e alteração dos contratos administrativos.

Considerando a sequência registrada e as atribuições da fiscalização, a providência adequada consiste em

- autorizar verbalmente o início do serviço adicional, pois a manifestação do projetista comprova a necessidade técnica e dispensa a formalização administrativa prévia.
- determinar que a empresa execute a solução com os recursos já contratados, pois as condições do terreno integram os riscos ordinários de qualquer obra e não admitem revisão do objeto.
- registrar a alteração por simples apostila, uma vez que a solução mantém a finalidade da obra e modifica somente os quantitativos e os preços de alguns serviços.
- aprovar diretamente a composição apresentada pela empresa e incluí-la na medição seguinte, pois compete ao fiscal solucionar as ocorrências técnicas que possam comprometer o cronograma.
- instruir o processo com os registros técnicos, verificar a solução, as quantidades, os preços e os limites legais e encaminhar a proposta à autoridade competente para a formalização da alteração, admitida a antecipação de seus efeitos somente em caso de necessidade devidamente justificada.

Concluída a construção de um Centro Municipal de Cultura, a empresa comunicou formalmente o término dos serviços e solicitou o recebimento provisório da obra. A fiscalização realizou uma vistoria integrada com representantes dos setores de engenharia, patrimônio e acessibilidade.

PAINEL DE PRÉ-ENTREGA

Eixo verificado	Evidência registrada	Situação
Estrutura e cobertura	Inspeções concluídas; ausência de ocorrências impeditivas	Conforme
Instalações elétricas e hidrossanitárias	Testes executados e relatórios apresentados	Conforme
Sistema de prevenção contra incêndio	Ensaio funcional concluído; documento de regularidade ainda não apresentado	Pendente
Rota acessível	Trecho de piso tátil interrompido por mobiliário fixo	Não conforme
Auditório	Dois lugares reservados para cadeiras de rodas foram ocupados por poltronas fixas	Não conforme
Documentação final	Projeto as built das instalações incompleto	Pendente
Acabamentos	Pequenas diferenças de tonalidade em uma parede interna	Ressalva de acabamento

A empresa argumentou que as pendências poderiam ser registradas no termo de recebimento definitivo, pois a edificação já apresentava condições gerais de funcionamento e os ajustes não afetavam sua estabilidade estrutural.

Considerando a finalidade pública da edificação e o conjunto de evidências, a providência tecnicamente adequada consiste em

- registrar de forma individualizada as pendências, não emitir o termo de recebimento provisório enquanto não forem corrigidas as inconformidades de acessibilidade e apresentados os documentos exigidos e tratar separadamente a ressalva de acabamento, conforme sua repercussão contratual.
- emitir o recebimento provisório sem ressalvas, pois a conformidade da estrutura e das instalações principais demonstra que a obra está substancialmente concluída.
- receber provisoriamente a obra e transferir a análise das condições de acessibilidade para o recebimento definitivo, pois as inconformidades não comprometem a estabilidade da edificação.
- rejeitar definitivamente toda a obra e determinar sua reconstrução, pois a existência simultânea de pendências técnicas e documentais invalida os serviços já considerados conformes.
- emitir o recebimento definitivo, retendo parte do pagamento até a apresentação do projeto as built e deixando as adaptações de acessibilidade para contrato posterior.

Durante a vistoria de uma edificação comercial, o fiscal comparou os parâmetros aplicáveis ao lote com as dimensões verificadas na obra. Para fins de análise, foram consideradas áreas computáveis tanto no pavimento térreo quanto no pavimento superior.

FICHA DE CONFERÊNCIA URBANÍSTICA

Dimensões do lote: 20 m × 30 m

Parâmetro	Limite aplicável	Condição executada
Taxa máxima de ocupação	60% da área do lote	Projeção da edificação: 348 m ²
Coefficiente máximo de aproveitamento	1,50	Área computável total: 678 m ²
Área permeável mínima	20% da área do lote	Área permeável: 108 m ²
Afastamento frontal mínimo	4,00 m	Afastamento executado: 3,50 m

Com base nos dados da ficha, a atuação tecnicamente adequada do fiscal consiste em

- A) registrar inconformidade na taxa de ocupação e no coeficiente de aproveitamento, pois a soma das áreas construídas ultrapassa 60% da área total do lote.
- B) reconhecer a conformidade da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento e registrar inconformidades na área permeável e no afastamento frontal.
- C) reconhecer a conformidade da área permeável, pois os 108 m² não estão ocupados pela edificação, e registrar inconformidade apenas no afastamento frontal.
- D) registrar inconformidade no coeficiente de aproveitamento, pois esse parâmetro deve ser calculado pela divisão da área do lote pela área computável total.
- E) atestar a conformidade integral da obra, pois as diferenças verificadas na área permeável e no afastamento permanecem inferiores a 10% dos limites estabelecidos.

No processo de fiscalização em área comercial, foi verificada a ocupação do passeio público em frente a uma cafeteria. Para avaliar a situação, o fiscal consultou a autorização expedida e as regras aplicáveis reproduzidas a seguir:

REGRAS APLICÁVEIS À OCUPAÇÃO DO PASSEIO

Regra	Exigência
I	A colocação de mesas e cadeiras depende de autorização válida e deve permanecer dentro da faixa nela delimitada.
II	Deve ser preservada faixa livre, contínua e desimpedida, com largura mínima de 1,50 m.
III	O piso tátil e os acessos aos imóveis não podem ser obstruídos.
IV	Admite-se um expositor ou anúncio móvel por estabelecimento, desde que instalado dentro da faixa autorizada.
V	Nas irregularidades passíveis de correção imediata, o fiscal deve determinar a adequação e registrar a ocorrência. A apreensão será adotada em caso de não atendimento, reincidência ou risco à circulação.

REGISTRO DA VISTORIA

Elemento verificado	Constatação
Autorização	Válida para mesas e cadeiras em faixa de 1,00 m junto à fachada
Mesas	Posicionadas dentro da faixa autorizada
Cadeiras	Uma delas avançava sobre a circulação, reduzindo a faixa livre para 1,35 m
Publicidade	Dois anúncios móveis; um na faixa autorizada e outro sobre o piso tátil
Acesso à cafeteria	Desimpedido
Conduta do responsável	Dispôs-se a reorganizar imediatamente os elementos

Considerando as regras aplicáveis e as condições constatadas, a atuação tecnicamente adequada do fiscal consiste em

- A) reconhecer a regularidade da ocupação, pois a autorização válida permite que mesas, cadeiras e anúncios sejam distribuídos na área em frente ao estabelecimento.
- B) cancelar a autorização e determinar a retirada definitiva das mesas, pois qualquer redução momentânea da faixa livre torna incompatível o uso comercial do passeio.
- C) manter as mesas e os dois anúncios, determinando somente o deslocamento da cadeira que reduziu a faixa livre, pois o piso tátil pode ser ocupado quando permanece outra passagem disponível.
- D) determinar a recomposição da faixa livre mínima, a desobstrução do piso tátil e a retirada do anúncio excedente, registrando as irregularidades e reservando a apreensão para as hipóteses previstas.
- E) apreender imediatamente todos os elementos instalados no passeio, pois a constatação de irregularidade afasta a possibilidade de adequação no local, ainda que exista autorização válida.

QUESTÃO 43

Para a ampliação de uma edificação comercial, o fiscal comparou o projeto aprovado com os serviços executados. O alvará permanecia válido, mas algumas intervenções não constavam dos documentos autorizados.

CRITÉRIOS ADOTADOS NA FISCALIZAÇÃO

Situação constatada	Procedimento previsto
Alteração interna sem repercussão estrutural, urbanística ou funcional	Registrar e encaminhar para atualização documental
Alteração sujeita a parâmetro urbanístico	Suspender o serviço correspondente até análise de projeto modificativo
Intervenção em elemento estrutural sem documentação técnica	Suspender a intervenção e exigir projeto e responsabilidade técnica
Existência de risco iminente e tecnicamente fundamentado	Interditar a área exposta ao risco e adotar as medidas emergenciais cabíveis
Divergência passível de correção ou regularização	Notificar o responsável, fixar prazo e instruir o processo com evidências

RELATÓRIO DA VISTORIA

Elemento	Condição verificada
Divisória interna	Deslocada 60 cm, sem alteração das saídas, da acessibilidade ou da estrutura
Varanda do pavimento superior	Ampliada sobre o afastamento lateral obrigatório
Parede estrutural	Abertura em execução, não prevista no projeto e sem documento de responsabilidade técnica específico
Condições de estabilidade	Escoramento instalado; ausência de sinais de colapso iminente durante a vistoria
Responsável pela obra	Alegou que todas as alterações poderiam ser incluídas no projeto somente ao final da construção

Diante das constatações, a atuação tecnicamente adequada do fiscal consiste em

- A) permitir a continuidade integral da obra e determinar a atualização do projeto ao final, pois a validade do alvará alcança alterações realizadas durante a execução.
- B) interditar imediatamente toda a edificação e determinar a demolição das três alterações, pois qualquer divergência em relação ao projeto aprovado caracteriza risco estrutural.
- C) registrar somente a abertura na parede estrutural, pois alterações internas e ampliações externas podem ser regularizadas independentemente de prévia análise administrativa.
- D) suspender toda a obra até a aprovação de um novo projeto, tratando de forma idêntica a divisória interna, a varanda e a intervenção estrutural.
- E) registrar separadamente as ocorrências, encaminhar a divisória para atualização documental, suspender as intervenções na varanda e na parede estrutural e exigir a documentação necessária à análise de sua regularização.

Após chuvas intensas, moradores comunicaram à Prefeitura o aparecimento de fissuras em uma residência vizinha a uma obra. No local, estava sendo executada uma escavação para dois pavimentos de subsolo junto à divisa lateral e ao passeio público.

O fiscal reuniu as seguintes informações:

DOCUMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DA OBRA

Elemento verificado	Constatação
Alvará de construção	Válido e compatível com a edificação aprovada
Projeto de contenção	Existente, mas correspondente a uma solução diferente daquela executada
Responsabilidade técnica	Documento apresentado não abrangia a alteração do sistema de contenção
Escavação	Trecho junto à divisa apresentava solo exposto e deformação visível
Imóvel confrontante	Fissuras recentes, ainda sem avaliação conclusiva sobre sua origem
Passeio público	Parcialmente rebaixado e sem isolamento contínuo junto à borda da escavação
Rede de drenagem provisória	Insuficiente para impedir o lançamento de água sobre o talude
Responsável pela obra	Alegou que o alvará válido autorizava a continuidade dos serviços até a posterior atualização dos documentos

Para orientar a atuação, foram considerados os seguintes critérios:

- I. O alvará não dispensa a execução conforme os projetos e as responsabilidades técnicas correspondentes.
- II. Indícios tecnicamente relevantes de instabilidade exigem a suspensão dos serviços capazes de agravar a situação e a adoção de medidas preventivas.
- III. A interdição deve alcançar as áreas efetivamente expostas ao risco, sem extensão automática a locais cuja utilização permaneça segura.
- IV. A determinação definitiva da causa das fissuras e da solução de contenção depende de avaliação de profissional legalmente habilitado.
- V. O passeio afetado deve permanecer isolado e sinalizado até o restabelecimento de condições seguras de circulação.

Diante das informações disponíveis, a atuação tecnicamente adequada do fiscal consiste em

- A) permitir a continuidade da escavação, pois o alvará válido comprova a regularidade da obra, condicionando a correção da contenção e da drenagem à renovação futura da licença.
- B) determinar a demolição imediata da obra e atribuir formalmente à construtora a responsabilidade pelas fissuras, pois a proximidade temporal entre a escavação e os danos comprova o nexo causal.
- C) suspender os serviços capazes de ampliar a instabilidade, isolar o trecho comprometido do passeio, exigir medidas emergenciais de proteção e documentação técnica compatível com a solução executada, além de solicitar avaliação especializada da escavação e do imóvel confrontante antes da retomada.
- D) interditar integralmente a obra, o imóvel vizinho e toda a extensão da calçada até a conclusão do processo administrativo, independentemente da delimitação técnica das áreas expostas.
- E) restringir a atuação municipal à desobstrução do passeio, encaminhando as fissuras e a divergência do projeto aos proprietários, por se tratar de controvérsia privada entre imóveis confrontantes.

Considere que durante a vistoria de um imóvel comercial protegido por tombamento municipal, o fiscal confrontou a autorização concedida pelo órgão de preservação com as intervenções efetivamente realizadas.

CRITÉRIOS APLICÁVEIS AO IMÓVEL

Situação	Procedimento previsto
Serviço expressamente autorizado	Pode prosseguir nas condições estabelecidas no projeto aprovado
Intervenção não autorizada que possa alterar elementos protegidos	Deve ser suspensa, documentada e submetida ao órgão de preservação
Elemento original removido	Deve ser preservado, quando possível, até a definição técnica sobre sua reintegração ou substituição
Instalação provisória reversível	Depende de análise quando interfere na composição visual protegida
Risco iminente à segurança	Autoriza o isolamento ou a interdição da área afetada, conforme a extensão do risco

REGISTRO DA VISTORIA

Elemento	Condição constatada
Autorização existente	Reparo localizado no telhado, com manutenção da forma e dos materiais especificados
Telhado	Serviço executado de acordo com a autorização
Fachada	Repintura iniciada em cor diferente da aprovada pelo órgão de preservação
Esquadrias	Duas janelas originais retiradas e substituídas por peças de alumínio; componentes antigos armazenados no imóvel
Publicidade	Painel provisório fixado sobre ornamentos da fachada
Condições de segurança	Ausência de sinais de risco iminente ou instabilidade

Considerando a proteção do imóvel e as constatações da vistoria, a atuação tecnicamente adequada do fiscal consiste em

- A) permitir a continuidade do reparo autorizado no telhado, suspender as intervenções não autorizadas na fachada e nas esquadrias, determinar a preservação dos componentes retirados e encaminhar ao órgão competente a análise da pintura, das janelas e do painel.
- B) paralisar todos os serviços no imóvel e interditar integralmente a edificação, pois a execução de qualquer intervenção não autorizada caracteriza risco imediato à segurança dos ocupantes.
- C) permitir a continuidade das intervenções, registrando-as para análise posterior, pois o tombamento restringe a demolição do imóvel, mas não alcança pinturas, esquadrias ou instalações provisórias.
- D) determinar a remoção definitiva do painel e a demolição imediata das alterações executadas, dispensando a manifestação do órgão de preservação diante da constatação fiscal das irregularidades.
- E) reconhecer a regularidade da pintura e das novas esquadrias, exigindo autorização complementar somente para o painel, por ser o único elemento visível a partir do espaço público.

* * * * *